



Santander Auto S.A.

CNPJ nº 30.617.319/0001-21

portal.santanderauto.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **A empresa:** Através da parceria entre HDI Seguros S.A. e o Banco Santander Brasil criou-se a Santander Auto S.A., com intuito de comercializar seguros de automóveis de forma 100% digital. **O Grupo:** A Companhia é integrante dos grupos HDI e Santander. Suas controladoras diretas são HDI Seguros S.A. e SANCAP Investimentos e Participações S.A. **Resultados**

e evolução patrimonial: A Seguradora registrou o total de R\$ 354.977 milhões de prêmios emitidos, e R\$ 52.576 milhões de lucro líquido. Para sustentar essa operação, a Santander Auto conta com ativos de R\$ 402.334 milhões e reservas de R\$ 251.787 milhões. **Perspectivas e planos da Administração para 2025:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (Cnseg) projeta um crescimento de 10,1% do setor em 2025. **Política de distribuição e reinvestimento de lucros:** Aos acionistas são

assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI e Santander, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2024	2023	PASSIVO	Nota	2024	2023
CIRCULANTE		170.197	170.626	CIRCULANTE		260.031	206.042
Disponível		1.550	279	Contas a pagar	13	24.924	35.450
Caixa e bancos		1.550	279	Obrigações a pagar		15.218	27.620
Aplicações	5	85.420	120.390	Impostos e encargos sociais a recolher		4.621	3.991
Créditos das operações com seguros e resseguros	6a	33.238	15.489	Encargos trabalhistas		466	209
Prêmios a receber	6b	32.874	15.489	Impostos e contribuições		3.279	1.912
Operações com resseguradoras		364	—	Outras contas a pagar		1.339	1.718
Outros créditos operacionais		375	100	Débitos de operações com seguros e resseguros	14	8.531	3.702
Ativos de resseguros e retrocessão	7a	2	1	Prêmios a restituir		9	104
Títulos e créditos a receber		2.167	930	Operações com resseguradoras		455	—
Títulos e créditos a receber		—	38	Corretores de seguros e resseguros		8.067	3.598
Créditos tributários e previdenciários	8a	2.099	850	Depósitos de terceiros	15	3.950	166
Outros créditos		68	42	Depósitos de terceiros		3.950	166
Outros valores e bens	9a	3.833	1.151	Provisões técnicas - seguros	16	222.626	166.724
Bens à venda		3.833	1.151	Danos		222.626	166.724
Despesas antecipadas		38	181	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.491	17.683
Custos de aquisição diferidos	10	43.574	32.105	Contas a pagar	13	43	18
Seguros		43.574	32.105	Tributos diferidos		43	18
ATIVO NÃO CIRCULANTE		232.137	126.624	Provisões técnicas - seguros	16	29.161	17.442
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		226.374	120.973	Danos		29.161	17.442
Aplicações	5	217.208	115.413	Outros débitos	17	287	223
Títulos e créditos a receber		3.191	1.987	Provisões judiciais		287	223
Títulos e créditos a receber		—	1.987	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	112.812	73.525
Créditos tributários e previdenciários	8a	3.191	—	Capital social		41.000	41.000
Custos de aquisição diferidos	10	5.975	3.573	Reservas de lucros		71.745	32.498
Seguros		5.975	3.573	Ajuste de avaliação patrimonial		67	27
IMOBILIZADO	11	334	431	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		402.334	297.250
Bens móveis		334	431				
INTANGÍVEL	12	5.429	5.220				
Outros intangíveis		5.429	5.220				
TOTAL DO ATIVO		402.334	297.250				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	41.000	1.410	19.159	(13)	—	61.556	—
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	—	—	—	40	—	40	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	38.381	38.381	—
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	1.919	—	—	(1.919)	—	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	10.010	—	(10.010)	—	—
Juros sobre o capital próprio / dividendos	—	—	—	—	(26.452)	(26.452)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.000	3.329	29.169	27	—	73.525	—
Ajuste adoção inicial CPC 48	—	—	(79)	1	—	(78)	—
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	—	—	—	38	—	38	—
Perdas esperadas de ativos financeiros	—	—	—	1	—	1	—
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	51.576	51.576	—
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	—	2.579	—	—	(2.579)	—	—
Reserva de retenção de lucros	—	—	36.747	—	(36.747)	—	—
Juros sobre o capital próprio	—	—	—	—	(5.060)	(5.060)	—
Dividendos	—	—	—	—	(7.190)	(7.190)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024	41.000	5.908	65.837	67	—	112.812	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Santander Auto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as modalidades de seguros de ramos elementares em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041/2235, 19º andar, Parte - Vila Olímpia, São Paulo. O capital da Companhia é detido em bases iguais pelas empresas HDI Seguros S.A. e Sancap Investimentos e Participações S.A. Os controladores em última instância são a HDI V.A.G. com sede em Hannover - Alemanha e Banco Santander S.A. com sede em Madrid - Espanha.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, em consonância com a Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aprovadas pela SUSEP. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2025 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2025. **2.1 Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nas demonstrações financeiras: **• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;** **• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes;** **• Ativos para venda mensurados pelo valor justo menos os custos de venda - valor realizável líquido.** **2.2 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas podem necessitar de revisão se ocorrerem alterações nas circunstâncias em que se basearam ou em consequência de novas informações ou de maior experiência, sendo que os efeitos desta revisão serão reconhecidos prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo fornecem informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e sobre as incertezas relacionadas às estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil: **• Notas 3.13 e 3.14 - Classificação e mensuração dos contratos de seguro;** **• Notas 3.2 e 5 - Instrumentos financeiros (aplicações financeiras);** **• Notas 3.7 e 16 - Provisões técnicas;** **• Notas 3.12 e 17 - Provisões judiciais;** **• Nota 8 - Créditos tributários e previdenciários;** **• Nota 11 - Imobilizado;** **• Nota 12 - Intangível.** **2.4 Novas normas e interpretações:** **2.4.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas: CPC 50 - Contratos de Seguro (IFRS 17):** O Pronunciamento CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido. Requer também princípios semelhantes para serem aplicados aos contratos de resseguro mantidos e aos contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de maneira que representem fielmente tais contratos. Essas informações fornecem a base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O CPC 50 será aplicável quando referenciado pela SUSEP. **2.4.2 Novas normas e interpretações adotadas: a) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2024: CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento substitui o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e foi adotado de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2024. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros e (II) redução ao valor recuperável (*impairment*). **Transição para o CPC 48:** As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da adoção do CPC 48 estão relacionadas a classificação, mensuração e redução ao valor recuperável de ativos financeiros. **(I) Classificação e Mensuração de Ativos e Passivos Financeiros:**

O CPC 48 introduz o conceito de modelo de negócios e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (*Solely Payment of Principal and Interest Test - SPPI Test*) para a classificação de ativos financeiros. **• Modelo de Negócios:** representa a forma como a entidade faz a gestão de seus ativos financeiros; **• SPPI Test:** avaliação dos fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia realizou uma análise detalhada de seus modelos de negócios e das características dos fluxos de caixa de seus ativos financeiros, sendo que as principais alterações decorrentes da adoção do CPC 48 são: **•** As categorias de classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento, disponíveis para venda, mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis deixaram de existir. **•** Foram introduzidas três categorias de mensuração de ativos financeiros: **• Custo amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros. Os ativos financeiros classificados anteriormente em empréstimos e recebíveis foram contabilizados nesta categoria; **• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda; **• Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima. A parcela remanescente dos ativos financeiros contabilizados anteriormente como mantidos para negociação foram classificados nesta categoria; **•** As designações existentes de ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado foram mantidas e não houve novas designações; **•** A Companhia manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, caso tenham sido designados anteriormente. **(II) Redução ao Valor Recuperável (*impairment*):** Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil da Companhia para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo. O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios, a depender da situação inicial no momento da compra do ativo e da situação atual de capacidade de pagamento da contraparte: **Estágio 1 - Perda esperada de crédito para os próximos 12 meses:** calcula a perda esperada por eventos de inadimplência para o horizonte dos próximos 12 meses; este estágio é aplicado a todos os ativos financeiros cujas contrapartes não se encontravam em inadimplência ou conhecida dificuldade financeira no momento da aquisição do ativo. **Estágio 2 - (*Life-long calculation*)** Perda de crédito esperada por toda a duração do instrumento financeiro: neste estágio calcula-se a perda esperada para toda a vida do instrumento financeiro. Aplica-se a ativos cujo risco de crédito em comparação com o momento da compra tenha aumentado significativamente. **Estágio 3 - Perda esperada a partir do valor de mercado:** Aplicável a ativos cujas contrapartes se encontram na iminência de, ou já estão em inadimplência com o instrumento em específico ou outros instrumentos financeiros. Nesse estágio passa-se a considerar a diferença entre o preço de mercado e seu preço na curva como perda esperada de crédito, desta forma refletindo a deterioração do risco de crédito diretamente a partir de seu preço de mercado, reconhecendo as variações em seu preço de mercado no resultado do ativo. Quando ocorrer do ativo não possuir preço de mercado disponível, considera-se a perda esperada de crédito igual ao total de seu valor na curva, isto é, efetivamente reconhecendo como resultado a perda de 100% do valor do ativo. Um ativo migra de estágio à medida que seu risco de crédito aumenta ou diminui, levando em conta para isso tanto o *rating* do emissor bem como análises qualitativas que indiquem a deterioração das condições de pagamento do emissor. As condições para subida ou descida entre estágios é simétrica, isto é, cessadas as condições que justificaram um *downgrade* de estágio, o ativo é novamente classificado no estágio superior. **Reconciliação do patrimônio líquido entre CPC 38 e CPC 48**

	01/01/2024	Patrimônio Líquido
Saldo Inicial de acordo com o CPC 38	73.525	
Adoção inicial CPC 48	(78)	(a)
Saldo final de acordo com o CPC 48	73.447	

(a) Alteração no modelo de cálculo baseado em perda incorrida (CPC 38) para perda esperada (CPC 48), considerando informações prospectivas. O CPC 38 era a norma adotada até 31 de dezembro de 2023. Sobre o valor registrado de adoção inicial (R\$ 78) foi calculado impostos de R\$ 12 de CSSL e R\$ 19 de IRPJ.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2024	2023
Prêmios emitidos	19.1	354.977	254.628
Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2	(56.290)	(50.793)
PRÊMIOS GANHOS		298.687	203.835
Sinistros ocorridos	19.3	(107.910)	(66.322)
Custos de aquisição	19.4	(66.964)	(45.105)
Outras receitas e despesas operacionais	19.5	(8.448)	(6.736)
Resultado com resseguro	19.6	(315)	(393)
Receita com resseguro		334	—
Despesa com resseguro		(649)	(393)
Despesas administrativas	19.7.1	(50.948)	(40.166)
Despesas com tributos	19.7.2	(11.671)	(8.427)
Resultado financeiro	19.8	28.826	24.572
RESULTADO OPERACIONAL		81.257	61.258
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		81.257	61.258
Imposto de renda	19.9	(17.393)	(14.352)
Contribuição social	19.9	(10.926)	(8.448)
Participações sobre o lucro		(1.362)	(77)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		51.576	38.381
Quantidade de ações		44.903.896	44.903.896
Lucro líquido por ação - R\$		1,15	0,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajuste a valor justo das aplicações financeiras	63	67
Imposto de renda e contribuição social sobre os resultados abrangentes	(25)	(27)
Perdas esperadas de ativos financeiros	1	—
Resultados abrangentes	39	40
Total dos resultados abrangentes	51.615	38.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	51.576	38.381
Ajustes para:		
Variações das provisões técnicas de prêmios	56.290	50.793
Varição do custo de aquisição diferido	(13.871)	(11.905)
Varição da despesa de resseguro	(1)	—
Provisão para redução ao valor recuperável	—	(213)
Outros ajustes	—	40
Depreciações e amortizações	1.421	647
Perdas esperadas de ativos financeiros	206	—
Varição nas contas patrimoniais:		
Aplicações	(66.762)	(68.426)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(17.990)	(6.127)
Outros créditos operacionais	(276)	(100)
Ativos de resseguros e retrocessões - provisões técnicas	(1)	—
Títulos e créditos a receber	(2.466)	(1.438)
Outros valores e bens	(2.682)	(456)
Despesas antecipadas	143	(42)
Contas a pagar	12.653	40.918
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.819	1.615
Depósito de terceiros	3.783	(683)
Provisões técnicas - seguros	11.332	7.772
Outros débitos	63	134
Caixa gerado pelas operações	38.237	50.910
Impostos sobre o lucro pago	(30.374)	(23.246)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	7.863	27.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.532)	(2.221)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.532)	(2.221)
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(5.060)	(26.452)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(5.060)	(26.452)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.271	(1.009)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	279	1.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.550	279
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.271	(1.009)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

####

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

seja substancialmente similar, fluxo de caixa descontado ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **v. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** A mensuração da perda de crédito esperada envolve a aplicação de premissas relevantes, tais como: **SPPI Test:** O ativo deve inicialmente passar no teste de *Solely Payments of Principal and Interest*, definido na norma CPC 48, e desta forma classificado para contabilização VJORA. O cálculo de perda de crédito esperada não se aplica a ativos que não se adequam aos requerimentos do *SPPI Test* e/ou que não estejam marcados nessa categoria contábil, sendo a deterioração nas condições de crédito destes instrumentos em princípio já automaticamente refletidas em seu preço de mercado. **Prazo:** A Companhia considera o estágio atual de cada instrumento financeiro para a determinação do horizonte relevante para o cálculo de perda de crédito esperada, sendo assim limitado ao prazo total do instrumento financeiro. Desta forma, ativos alocados no primeiro estágio são calculados levando em conta um período de 12 meses (ou até o vencimento do contrato, o que for menor), e ativos classificados no segundo estágio têm como horizonte de cálculo toda a duração esperada do contrato. Todos os termos contratuais são considerados ao determinar a vida esperada, incluindo opções de pré-pagamento e de rolagem. **Informações prospectivas:** O CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. A Companhia utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções elaboradas internamente para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.

Cenários de perda ponderados pela probabilidade: A Companhia utiliza cenários ponderados para determinar a perda de crédito esperada para um horizonte de observação em adequação as normas que regem o cálculo de perda esperada de crédito. **Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito:** Em cada período das demonstrações financeiras, a Companhia avalia se o risco de crédito sobre cada ativo financeiro aumentou significativamente utilizando *triggers* (indicadores) relativos e absolutos por produto. **Aumento significativo no risco de crédito:** A Companhia avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: Mudanças significativas no *rating* do emissor do contrato, notícias ou fatos que indiquem deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, eventos econômicos que impliquem no aumento de risco de crédito das contrapartes etc. Como fatores para uma mudança de estágio de ativos, de maneira não exaustiva, podemos citar: **Estágio 1 para estágio 2:** Uma deterioração de dois *tranches* no *rating* (por exemplo, de AA+ para AA) do emissor do contrato implica na reclassificação do instrumento do estágio 1 para o estágio 2; neste caso a reclassificação de estágio é feita automaticamente. Uma deterioração ainda não refletida no *rating* do emissor (baseando-se em notícias, eventos macroeconômicos que impliquem na deterioração da capacidade do emissor ou demais informações de mercado em geral) também podem definir, de maneira qualitativa após a análise dos responsáveis pela contabilização dos ativos, a alocação para o estágio inferior. **Estágio 2 para estágio 3:** *Default* ou iminência de *default* da contraparte; baseando-se em informações de mercado fornecidas por agências de *rating*, notícias, fatos econômicos relevantes ou demais fontes de informação confiáveis, define-se que uma contraparte está em grave situação de capacidade de pagamento ou que já está em inadimplência com este ou qualquer outro instrumento financeiro na qual é parte obrigada a pagamento. Neste caso a reclassificação é feita após a análise das pessoas responsáveis pela contabilização do instrumento. As condições de subida de estágio são simétricas, isto é, cessadas as condições que implicaram no *downgrade* do ativo, este deve ser novamente classificado no estágio original superior. **vi. Perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado:** A estimativa de perdas de crédito esperadas deve sempre refletir a possibilidade de que ocorra a perda de crédito e a possibilidade de que não ocorra nenhuma perda de crédito, mesmo se o resultado mais provável for sem perda de crédito. A evidência de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber de seguros diretos, com base na abordagem simplificada em estudo que apura a probabilidade de perda esperada sobre os valores de prêmios a receber e reconhece uma redução ao valor recuperável com resseguradoras com base no modelo de tempo de recuperação pelo valor a recuperar. Portanto, a Companhia apesar de acompanhar as alterações no risco de crédito, reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplimento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 366 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplimento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. **3.3 Ativos e passivos de resseguros:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresentados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exige a Companhia de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros diferidos de contratos não-proporcionais e os valores a recuperar sobre as indenizações pendentes de liquidação ou pagas aos segurados. Os passivos de resseguro compreendem os prêmios de resseguros a liquidar e as comissões a recuperar sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos.

3.4 Bens à venda (salvados): Os salvados são avaliados ao valor justo, deduzido das despesas diretamente relacionadas à venda. O valor justo é determinado com base em valores de mercado (Tabela FIPE) ajustados de acordo com os danos apurados em cada veículo e pelo tempo de permanência no estoque. **3.5 Ativo imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos de informática, móveis, máquinas e utensílios que são utilizados na condução dos negócios. São mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*Impairment*) quando aplicável. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos com reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes vidas úteis estimadas: móveis, máquinas, utensílios e equipamentos - 10 anos; equipamentos de informática - 5 anos. **3.6 Ativo Intangível:** São classificados como ativo intangível os *softwares* desenvolvidos internamente, licenças de uso de *softwares* de terceiros que não são imprescindíveis para o funcionamento dos *hardwares* e as respectivas despesas de implantação. O intangível é demonstrado ao custo histórico, reduzido por amortizações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear considerando uma vida útil estimada de 5 anos. **3.7 Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas em conformidade com as determinações da Circular SUSEP nº 648/21, da Resolução CNSP nº 432/21 e posteriores alterações, e com base em critérios, parâmetros e fórmulas documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTA), descritos a seguir: A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes e Emitidos (PPNG-RVE) é constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos e já emitidos na data-base de cálculo. A PPNG é calculada pelo método *"pro rata die"* com base no valor do prêmio comercial, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquido das operações de cosseguro cedido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE), representa o complemento da PPNG-RVE dada a existência de riscos assumidos cuja apólice ainda não foi emitida. É calculada com base em metodologia envolvendo a construção de triângulos de *run-off* que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de até 25 meses e acrescida das informações já conhecidas relativos a riscos vigentes, mas ainda não emitidos da data-base. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída pela estimativa de pagamentos para a liquidação de sinistros pendentes, brutos de resseguros e cosseguro aceito e líquidos da recuperação de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. Os valores provisionados de sinistros são atualizados monetariamente. A Provisão de Sinistros Ocorridos Não Avisados (*IBNR*) é constituída para a cobertura de sinistros já ocorridos que a Companhia ainda não tem ciência. É calculada com base em três metodologias atuariais distintas usualmente praticadas pelo mercado. O Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados (DFM) considera a experiência histórica do período transcorrido entre a data de ocorrência do evento coberto e do respectivo registro na Companhia, utilizando-se triângulos de *run-off*. Em conjunto ao Método de Desenvolvimento de Sinistros Avisados, a Companhia também aplica as metodologias de Sinistralidade Esperada e *Bornhuetter - Ferguson (BF)* a fim de atingir a melhor estimativa final. A atualização da provisão é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, sendo distinta para *short e long tail*, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros já ocorridos. O cálculo é realizado considerando a experiência histórica de ocorrência de sinistros e de pagamentos das correspondentes *ALAE*, para a obtenção da estimativa das despesas ainda não pagas referentes a sinistros já incorridos, baseado nas análises de triângulos de *run-off* e no método de desenvolvimento de despesas avisadas e pagas. A Provisão de Sucumbência, contabilizada juntamente à PDR, é constituída com metodologia análoga à *ALAE*. A atualização da provisão PDR é realizada também por meio do incremento mensal estimado com base em uma metodologia simplificada, com o posterior rateio entre as parcelas de *ALAE* e Sucumbência. O Ajuste de Sinistros Ocorridos e Não Suficientemente Avisados (*IBNER*), é realizado de forma agregada para sinistros ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final. Seu cálculo envolve análise conjunta de diversas metodologias usualmente praticadas pelo mercado (Desenvolvimento de Sinistros e *Bornhuetter - Ferguson (BF)*) para estimativa do *IBNP* - Sinistros Incorridos e Não Pagos. Sobre a parcela estimada dos sinistros administrativos, é aplicado o desconto financeiro do fluxo futuro de melhores estimativas dos pagamentos de sinistros já ocorridos com base nas taxas prefixadas de Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ). A atualização da provisão estimada é realizada através do incremento mensal estimado com base na projeção de prêmios ou sinistros para o exercício, de maneira a refletir a evolução da carteira de seguros. **3.8 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 648/21 e posteriores alterações, a Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11, vigentes na data-base do teste. Os contratos foram

agrupados por ramos conforme estabelecido pela Circular SUSEP nº 682/22, levando-se em conta a homogeneidade de riscos. Caso seja identificada qualquer deficiência no teste, a Companhia deverá registrar a perda imediatamente na apuração do resultado do período, constituindo provisões adicionais aos passivos de seguros já registrados na data-base do teste. Para esse teste foi adotada uma metodologia contemplando a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros relacionados aos riscos vigentes na data-base do teste, com valores brutos de resseguro, trazidos a valor presente com base na estrutura a termo de taxas de juros (ETTJ), através dos índices atualizados à data-base do cálculo para as opções Prefixada ou IPCA, conforme determinações constantes na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Os fluxos realistas de sinistros a ocorrer foram apurados pela aplicação das premissas de Sinistralidade e Despesas Administrativas, baseadas no histórico contábil observado para cada grupo de contratos e as expectativas de desenvolvimento futuro dos riscos. Os impostos são apurados em consonância com o regime tributário nacional. A projeção dos fluxos realistas até a data de pagamento é realizada de acordo com histórico de pagamentos observados para cada grupo de contratos avaliado. O resultado do TAP foi apurado pela diferença entre a soma do valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa, de sinistros ocorridos já avisados, de sinistros ocorridos não avisados, e dos sinistros a ocorrer relativos às apólices vigentes na data-base, acrescidos das estimativas das respectivas despesas e recuperações; e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na mesma data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocaíveis a sinistros e salvados, foi comparado as provisões técnicas de sinistros ocorridos PSL, *IBNR* e PDR. O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistros a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e receitas foi comparado a soma da PPNG e PPNG-RVNE. A projeção de sinistros a ocorrer considerou a melhor estimativa de sinistralidade para cada agrupamento de ramos, tendo por base a série histórica de períodos trimestrais compreendidos nos últimos 12 meses da análise, resultando na sinistralidade global de 44,03% para a Seguradora. O teste de adequação dos passivos realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2024 não indicou a necessidade de ajuste nas Provisões Técnicas. O Resultado consolidado do fluxo de "sinistros a ocorrer" do TAP está apresentado abaixo:

Grupo de ramo	Provisões contabilizadas	Fluxo Realista	Suficiência
Automóvel	168.634	91.900	(76.734)
Total	168.634	91.900	(76.734)

3.9 Passivos financeiros: Passivos financeiros compreendem, principalmente, contas a pagar, débitos das operações com seguros e resseguros e depósito de terceiros. **3.10 Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem: (i) benefícios de curto prazo, tais como salários, ordenados e contribuições para a previdência social, licença remunerada por doença, programa de participação nos lucros e resultados, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) são oferecidos aos funcionários e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos; (ii) benefícios por desligamento: aviso prévio, indenização adicional conforme convenção coletiva, indenização de 40% sobre o saldo do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS e permanência no plano de seguro saúde por 30, 60 ou 90 dias de acordo com o tempo de serviço efetivo na Companhia; e (iii) plano de previdência privada a seus funcionários e diretores na modalidade contribuição definida - plano gerador de benefício livre (PGBL). A Companhia não concede qualquer outro tipo de benefício pós-emprego e não tem como política remunerar empregados por meio de plano de remuneração baseado em ações. Quanto aos administradores, vide nota 20b. **3.11 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, com adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20 por mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço. Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido sobre prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas e diferenças temporárias quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de levantamento das demonstrações financeiras e serão desreconhecidos quando não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

3.12 Provisões judiciais: São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo ou no momento em que os acordos são celebrados. **3.13 Classificação dos contratos de seguro:** Contrato de seguro é aquele em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurador, aceitando indenizá-lo no caso de um acontecimento futuro, incerto e específico que o afetou adversamente. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferência risco de seguro significativo. **3.14 Mensuração dos contratos de seguros:** As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição são registrados quando da emissão das respectivas apólices ou pelo início de vigência do risco para os riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As despesas e receitas dos resseguros proporcionais são reconhecidas simultaneamente aos prêmios de seguros correspondentes, enquanto as relacionadas aos resseguros não proporcionais são reconhecidas de acordo com período de cobertura dos contratos firmados com os resseguradores.

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia está exposta a diversos tipos de risco, classificados em: risco de seguro ou subscrição; risco financeiro, composto por risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado; e risco operacional. A estratégia de gestão de riscos é orientada pela estratégia de negócios e pela capacidade de absorver riscos, conforme o nível de solvência. Com base na natureza e materialidade de cada risco, adota-se um processo de gestão adequado e monitora-se, de forma integrada, o desempenho e os valores dos negócios. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O mercado de seguros tem se tornado cada vez mais volátil, complexo e competitivo, o que tem levado à evolução das práticas de gestão de riscos, alinhando-as a esse novo cenário. A Companhia acredita que um gerenciamento de riscos abrangente e integrador, que envolva o Conselho, Executivos e *Stakeholders*, pode proporcionar uma vantagem competitiva. A estratégia de gestão de riscos é derivada da estratégia de negócios e envolve a participação dos diversos níveis organizacionais, conforme as responsabilidades atribuídas a cada cargo, com base em políticas e diretrizes que consideram a complexidade dos produtos, serviços, processos operacionais e sistemas da Companhia. Participam deste processo desde a alta administração até as diversas áreas de negócios que atuam como a primeira linha de defesa na identificação, avaliação, mensuração, tratamento e monitoramento desses riscos. Também integra a estrutura uma área de gestão de riscos, controles internos, atuando na segunda linha de defesa, a qual monitora a

exposição da Companhia a riscos. A Companhia utiliza em parte a Estrutura de Gestão de Riscos (EGR) de sua controladora (HDI Seguros S.A.). Conforme o Estatuto Social da HDI Seguros S.A., foi estabelecido o seguinte Comitê: • Comitê de Auditoria: órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração e que funcionará, conforme expressamente permitido pela regulamentação aplicável, também como seu Comitê de Riscos para os fins da Resolução CNSP nº 416/21. Possui como objetivo, dentre outros, avaliar a efetividade e acompanhar o trabalho da auditoria interna e externa, bem como revisar as demonstrações financeiras. As fragilidades identificadas são encaminhadas na forma de recomendações à Diretoria. O Comitê de Auditoria também assessora o Conselho de Administração na supervisão da Estrutura de Gestão de Riscos, como previsto na legislação vigente. Adicionalmente, o Conselho da Administração se reúne periodicamente com a Diretoria Executiva para acompanhar a implementação da estratégia e fazer correções táticas necessárias. Essas reuniões têm caráter executivo, ou seja, são discutidos os resultados da Companhia e assuntos relevantes para a tomada de decisões, incluindo a Gestão de Riscos, sempre que se fizer necessário alinhar medidas entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Além disso, a Companhia possui Comitês Executivos que auxiliam a Diretoria Executiva na gestão de riscos. **4.1 Gestão de risco de seguro/subscrição:** A Companhia define como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante. Dentro do risco de seguro, destaca-se também o risco de subscrição que é oriundo de uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da Companhia em relação à sua política de subscrição ou a estimativa de suas provisões. O risco de seguro, que inclui o risco de subscrição resulta principalmente de: • Flutuações na frequência e severidade das indenizações de sinistros em relação às expectativas previstas. • Precificação ou subscrição inadequada de riscos. • Políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Provisões técnicas inadequadas. **Estratégia de subscrição:** O elemento-chave da política de subscrição é a avaliação de riscos, que está baseada na definição dos riscos por meio de análise de perfis, histórico das carteiras e outras variáveis. A estratégia de subscrição visa diversificar, de forma padronizada, as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e o atendimento às necessidades dos clientes. Baseia-se no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de volatilidade nos resultados e severidade dos sinistros. A Companhia mantém um controle estrito de suas regras de subscrição com intensa utilização de tecnologia para garantir a adequada seleção dos riscos. O monitoramento da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento da performance de cada produto bem como possibilita avaliar a eventual necessidade de alterações. A Auditoria Atuarial Independente, que é realizada anualmente conforme determinações da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, e o teste de adequação dos passivos, possibilitam averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelo órgão regulador - SUSEP. **Estratégia de resseguro:** Com o objetivo de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, foi definida uma política de resseguro, que é revisada, no mínimo, semestralmente. As diretrizes de resseguro estabelecem os riscos a serem ressegurados (incluindo limites de retenção e aceitação por ramo e produtos), os critérios para escolha das resseguradoras e os parâmetros para distribuição dos resseguros. Os contratos de resseguros firmados contemplam condições proporcionais e não proporcionais, visando reduzir a exposição a riscos isolados e a riscos de natureza catastrófica. Além disso, há a colocação de riscos facultativos para gerenciamento do risco de severidade. É importante destacar que as retenções fixadas nos contratos de resseguro são iguais ou inferiores aos limites de retenção calculados em conformidade com a legislação vigente. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. **Prêmios de seguros por região:** Compreende os prêmios de seguros emitidos e RVNE, líquidos de cancelamentos e restituições por região e grupo de ramos onde a Companhia opera, conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Bruto de resseguro		31/12/2024		31/12/2023	
Região geográfica	Automóvel	%	Total	%	Total	%	Total
Sudeste	199.402	56%	4 100%	199.406	56%	133.918	52%
Sul	71.043	20%	–	71.043	20%	55.008	22%
Nordeste	42.048	12%	–	42.048	12%	32.788	13%
Centro-Oeste	27.845	8%	–	27.845	8%	22.477	9%
Norte	14.635	4%	–	14.635	4%	10.437	4%
Total geral	354.973	100%	4 100%	354.977	100%	254.628	100%

		Líquido de resseguro		31/12/2024		31/12/2023	
Região geográfica	Automóvel	%	Total	%	Total	%	Total
Sudeste	199.009	56%	4 100%	199.013	56%	133.694	52%
Sul	70.931	20%	–	70.931	20%	54.940	22%
Nordeste	41.983	12%	–	41.983	12%	32.743	13%
Centro-Oeste	27.790	8%	–	27.790	8%	22.440	9%
Norte	14.610	4%	–	14.610	4%	10.418	4%
Total geral	354.323	100%	4 100%	354.327	100%	254.235	100%

Sensibilidade do risco de seguro

A Companhia efetua análise de sensibilidade da sinistralidade considerando cenários (otimista e pessimista) com base na sinistralidade histórica, apresentadas na nota 19.3. A tabela abaixo apresenta o efeito no resultado líquido de imposto em função da variação de um ponto percentual na sinistralidade, apurado na data-base do balanço:

		31/12/2024		31/12/2023	
Ramos atuação	Prêmio ganho bruto	Prêmio ganho líquido	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	
Automóvel	298.683	298.034	2.987	2.980	
Habitacional	4	4	–	–	
Total	298.687	298.038	2.987	2.980	

		31/12/2023		31/12/2023	
Ramos atuação	Prêmio ganho bruto	Prêmio ganho líquido	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho bruto de resseguro	Efeito de aumento de 1% no prêmio ganho líquido de resseguro	
Automóvel	203.835	203.442	2.038	2.034	
Total	203.835	203.442	2.038	2.034	

4.2 Gestão de risco de liquidez: O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A carteira de investimentos da Companhia segue a política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração, visando atender todas as obrigações regulatórias e a manutenção da liquidez em níveis mínimos necessários para o pagamento das obrigações da Companhia sob qualquer circunstância. A gestão dos ativos e passivos permite apontar com antecedência estratégias de investimentos para otimizar o resultado da carteira bem como manter os recursos necessários para honrar as obrigações da Companhia, inclusive indicando novos aportes de capital, se necessário. A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado. Os passivos de seguros estão alocados no tempo segundo a melhor expectativa quanto à data de liquidação destas obrigações, levando em consideração o histórico de liquidação de sinistros e o período de expiração do risco dos contratos de seguro.

		31/12/2024				31/12/2023			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Indeterminado	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Indeterminado	Total	
Ativos financeiros e de contratos de seguro									
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	–	–	8.526	8.526	–	–	120.390	120.390	
Quotas de fundos de investimento	–	–	8.526	8.526	–	–	120.390	120.390	
Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	76.894	217.208	–	294.102	–	115.413	–	115.413	
Títulos de renda fixa públicos	76.894	217.208	–	294.102	–	115.413	–	115.413	
Créditos das operações com seguros e resseguros	33.238	–	–	33.238	15.489	–	–	15.489	
Prêmios a receber de segurados	32.874	–	–	32.874	15.489	–	–	15.489	
Operações com resseguradoras	364	–	–	364	–	–	–	–	
Outros créditos operacionais	375	–	–	375	100	–	–	100	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	2	–	–	2	1	–	–	1	
Títulos e créditos a receber	2.167	3.191	–	5.358	930	1.987	–	2.917	
Outros Valores e Bens	3.833	–	–	3.833	1.151	–	–	1.151	
Caixa e equivalentes de caixa	1.550	–	–	1.550	279	–	–	279	
Total dos ativos financeiros	118.059	220.399	8.526	346.984	17.950	117.400	120.390	255.740	
Passivos									
Passivos financeiros	37.405	43	–	37.448	39.318	18	–	656.977	
Contas a pagar	24.924	43	–	24.967	35.450	18	–	35.468	
Débitos das operações com seguros e resseguros	8.531	–	–	8.531	3.702	–	–	3.702	
Depósitos de terceiros	3.950	–	–	3.950	166	–	–	166	
Provisões técnicas	222.626	29.161	–	251.787	166.724	17.442	–	184.166	
Outros débitos - provisões judiciais	–	287	–	287	–	223	–	223	
Total dos passivos financeiros	260.031	29.491	–	289.522	206.042	17.683	–	223.725	

4.3 Risco de mercado: Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A Companhia estabelece através de políticas, os limites, processos e uso de ferramentas que viabilizam a gestão do risco de mercado. Os cálculos de risco de mercado são mensurados com base em cenários de *stress* e na metodologia de *Value at Risk (VaR)*, fazendo com que os resultados obtidos permitam o monitoramento dos impactos desse risco e a sua mitigação. O *VaR* do Portfolio de Investimentos é de R\$ 60.000 ou 0,02% (R\$ 30.000 ou 0,01% em dezembro de 2023) do total de aplicações para horizonte de tempo de 1 ano e intervalo de confiança de 99%. O resultado do teste de *stress*, no pior cenário dado pela B3, é de

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

agências renomadas de *rating* (Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's, entre outras). Os ativos classificados na categoria sem *rating* compreendem substancialmente fundos de investimentos abertos.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros/Rating		
A valor justo por meio do resultado..	8.526	8.526
Quotas de fundos de investimentos abertos.....	8.526	8.526
Disponíveis para venda.....	294.102	294.102
Letras financeiras do tesouro.....	294.102	294.102
Caixa e equivalentes de caixa.....	1.550	1.550
Prêmios a receber de segurados.....	32.874	32.874
Operações com resseguradoras.....	137	364
Total do circulante e não circulante.....	294.102	337.416

Gestão de capital: O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, além de otimizar os retornos sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco. A Companhia apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, como demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio líquido	112.813	73.525
Deduções:		
Despesas antecipadas.....	(38)	(181)
Ativos intangíveis.....	(5.429)	(5.220)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados	46.076	24.762
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG.....	(3.043)	(729)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	135.107	91.864
Nível 1.....	102.807	66.175
Nível 2.....	46.076	24.762
Nível 3.....	2.216	1.220

Ajuste do excesso de Patrimônio líquido ajustado de nível 2 e nível 3..... (15.272) (293)

Capital mínimo requerido (a) CMR..... **66.040** **51.379**

Capital de risco de subscrição..... 62.154 43.268

Capital de risco de crédito..... 2.131 10.423

Capital de risco operacional..... 2.500 1.697

Capital de risco de mercado..... 1.118 1.300

Correlação..... (1.863) (5.309)

Capital base - CB (b)..... **15.000** **15.000**

Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b))... **66.040** **51.379**

Excedente do Patrimônio líquido ajustado (PLA) em relação ao Capital mínimo requerido (CMR)..... **69.067** **40.485**

Suficiência de capital (% da EC)..... **104,58%** **78,80%**

Gestão de risco operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. A Companhia entende que o monitoramento e gerenciamento deste risco devem ser executados por todas as áreas, e para isso investe em ferramentas de forma a ter condições de mensurar sua exposição ao risco operacional, por exemplo, através de uma base de dados de perdas operacionais conforme disposto na Circular SUSEP nº 648/21 e alterações. Em conjunto com esse processo também utilizamos o resultado da avaliação da nossa estrutura de controles internos. **4.4 Comitê de auditoria:** Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/15, a Santander Auto aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 da HDI Seguros S.A.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a. Composição por categoria

	31/12/2024					
Aplicação/Classificação	Nível hierárquico (1)	Valor do Custo Atualizado	Ajuste Justo	Valor Justo	Valor Contábil	%
Quotas de fundos de investimentos abertos.....	2	8.526	-	8.526	8.526	2,82
Valor justo por meio do resultado (VJR)		8.526	-	8.526	8.526	2,82
Letras financeiras do tesouro.....	1	293.994	108	294.102	294.102	97,18
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		293.994	108	294.102	294.102	97,18
Total		302.520	108	302.628	302.628	100,00
Ativo circulante				85.420	85.420	
Ativo não circulante				217.208	217.208	

	31/12/2023					
Aplicação/Classificação	Nível hierárquico (1)	Valor do Custo Atualizado	Ajuste Justo	Valor Justo	Valor Contábil	%
Quotas de fundos de investimentos abertos.....	2	120.390	-	120.390	120.390	51,06
Valor justo por meio do resultado (VJR)		120.390	-	120.390	120.390	51,06
Letras financeiras do tesouro.....	1	115.368	45	115.413	115.413	48,94
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		115.368	45	115.413	115.413	48,94
Total		235.758	45	235.803	235.803	100,00
Ativo circulante				120.390	120.390	
Ativo não circulante				115.413	115.413	

* Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. * Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

b. Movimentação das aplicações financeiras

	Títulos Públicos	Quotas de Fundo de Investimento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023.....	115.413	120.390	235.803
Aplicações.....	200.045	92.480	292.525
Resgates.....	(45.136)	(209.439)	(254.575)
Rendimentos.....	23.717	5.095	28.812
Varição no valor justo dos ativos financeiros (VJORA).....	63	-	63
Saldo em 31 de dezembro de 2024	294.102	8.526	302.628

c. Taxa de juros contratada

	31/12/2024		31/12/2023	
Título	Taxa de Juros Contratada	Valor Contábil	Taxa de Juros Contratada	Valor Contábil
Letras financeiras do tesouro.....	Título público	Selic 294.102	Selic	115.413
Total		294.102		115.413

d. Desempenho das aplicações financeiras: A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O desempenho global das aplicações financeiras atingiu 10,89% no acumulado de 2024 (13,01% no acumulado de 2023), representando 101,02% do CDI que foi de 10,78% no mesmo período (100,07% do CDI que foi de 13% em 2023).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a receber de segurados (6b).....	33.483	15.814
Operações com resseguradoras.....	364	-
Provisão para redução ao valor recuperável:		
Prêmios a receber de segurados (6b).....	(609)	(325)
Total	33.238	15.489
Ativo circulante	33.238	15.489

b. Prêmios a receber de segurados por vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Prêmios a vencer.....	30.469	14.843
De 1 a 30 dias + RVNE (*).....	8.352	5.183
De 31 a 60 dias.....	5.638	2.908
De 61 a 120 dias.....	8.476	4.201
De 121 a 180 dias.....	5.009	1.881
De 181 a 365 dias.....	2.994	670
Prêmios vencidos	3.014	971
De 1 a 30 dias.....	2.845	803
De 31 a 60 dias.....	29	45
De 61 a 120 dias.....	31	56
De 121 a 180 dias.....	32	11
De 181 a 365 dias.....	42	46
Superior a 365 dias.....	35	10
Total	33.483	15.814
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(609)	(325)
Prêmios a receber de segurados	32.874	15.489
Ativo circulante	32.874	15.489

(*) O saldo da RVNE no montante de R\$ 2.595 (R\$ 1.955 em 2023) foi alocado na coluna "A vencer - 1 a 30 dias".

c. Movimentação dos prêmios a receber de segurados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício.....	15.489	9.149
Prêmios de seguros diretos.....	361.656	257.664
Prêmios de riscos vigentes não emitidos.....	640	957
IOF sobre prêmios.....	1.167	365
Recebimentos.....	(345.794)	(252.985)
Provisão para redução ao valor recuperável.....	(284)	339
Ajuste adoção inicial CPC 48.....	(37)	-
Constituições.....	812	(857)
(-) Reversões.....	565	1.196
Saldo no final do exercício	32.874	15.489

d. Prêmios a receber de segurados por segmento

	31/12/2024	31/12/2023	Prazo médio de parcelamento de 3 meses
Automóvel.....	33.483	15.814	
Subtotal	33.483	15.814	
(-) Redução ao valor recuperável.....	(609)	(325)	
Total	32.874	15.489	
Ativo circulante	32.874	15.489	

7. ATIVOS DE RESSEGURO

a. Ativos de resseguro - provisões técnicas

	PPNG		Total	
Ramo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel.....	2	1	2	1
Total	2	1	2	1
Ativo Circulante	2	1	2	1

b. Demonstração do percentual ressegurado

	Prêmios cedidos em resseguro		Prêmios emitidos líquido de recuperação de comissões		% Ressegurado	
Ramo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel.....	354.973	254.628	650	393	0%	0%
Habitacional.....	4	-	-	-	0%	0%
Total	354.977	254.628	650	393	0%	0%

Discriminação por resseguradora dos prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões.

c. Discriminação dos resseguradores

Ressegurador	Classe	Risco (*)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Austral	Sem					
Resseguradora S.A.....	Local	Rating	49	10	8%	3%
IRB Brasil	Sem					
Resseguros S/A.....	Local	Rating	65	-	10%	0%
Mapfre Re Do Brasil Companhia de Resseguros.....	Local	Rating	292	276	45%	70%
Total resseguradoras - Local			406	286		
Hannover Rück SE.....	Admitida	AA-	65	-	10%	0%
Total resseguradoras - Admitida			65	-		
Lloyd's.....	Eventual	AA-	179	108	28%	27%
Total resseguradoras - Eventual			179	108		
Total			650	394	100%	100%

8. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

Créditos tributários e previdenciários

	31/12/2024	31/12/2023
a. Composição		
Créditos de IRPJ/CSLL - diferenças temporárias.....	2.216	1.220
Créditos de IRPJ/CSLL a compensar.....	2.099	850
Crédito tributário de PIS e COFINS (1).....	975	767
Total	5.290	2.837
Ativo circulante	2.099	850
Ativo não circulante	3.191	1.987

(1) Créditos tributários sobre a provisão de sinistros a liquidar.

b. Diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
Origem das diferenças temporárias	Base de cálculo	Créditos tributários	Base de cálculo	Créditos tributários
Provisões administrativas.....	3.527	1.410	1.889	756
Provisões operacionais.....	336	135	253	101
Provisões para redução ao valor recuperável.....	659	263	452	181
Provisões fiscais, trabalhistas e encargos sociais.....	1.021	408	455	182
Total	5.543	2.216	3.049	1.220

c. Movimentação das diferenças temporárias para fins de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	Diferenças temporárias	Diferenças temporárias	Diferenças temporárias	Diferenças temporárias
Saldo no início do exercício.....	1.220	907		
Constituições.....	2.486	809		
Reversões/Realizações.....	(1.490)	(496)		
Saldo no final do exercício	2.216	1.220		

d. Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporais

	31/12/2024	31/12/2023
Entre 1 e 2 anos.....	1.674	936
Entre 3 e 4 anos.....	135	101
Acima de 4 anos.....	407	183
Total	2.216	1.220

9. OUTROS VALORES E BENS

a. Bens a venda

	31/12/2024	31/12/2023
Composição		
Salvados a venda.....	3.950	1.207
Despesas diretamente relacionadas à venda.....	(117)	(56)
Total	3.833	1.151

b. Movimentação de salvados

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do exercício	1.151	695
Adições.....	9.247	9.247
Baixas por venda.....	(14.663)	(8.791)
Saldo no final do exercício	3.833	1.151

c. Aging de salvados de automóvel

	31/12/2024		31/12/2023	
Período	Desenvolvimento das Efetivas Realizações (1)	Aging (2)	Desenvolvimento das Efetivas Realizações (1)	Aging (2)
1 mês.....	183	2.180	144	888
2 meses.....	586	464	349	175
3 meses.....	247	272	207	35
4 meses.....	191	166	74	33
5 meses.....	26	151	39	16
6 meses.....	103	147	35	-
7 meses.....	80	176	48	-
8 meses.....	21	102	11	7
9 meses.....	59	64	52	3
10 meses.....	65	86		

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SANTANDER AUTO S.A. (Em milhares de reais)

não tivemos sinistros que atingissem a prioridade de resseguro.

	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros a liquidar.....	29.033	29.033
(-) IBNER	(4.124)	(4.124)
Provisão de sinistros a liquidar.....	24.909	24.909
(+) Estimativa de salvados	3.551	3.551
(-) Correção Monetária e Juros	(79)	(79)
(-) Outras estimativas	(3)	(3)
(-) Provisão de sinistros a liquidar de anos anteriores a 2024.....	(3.884)	(3.884)
Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	24.494	24.494

Sinistros avisados brutos de resseguro - Administrativos

Período de cadastro	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	Total
No mês de cadastro	11.491	13.384	10.518	10.596	12.809	12.163	12.163
1 mês depois.....	11.215	10.324	11.027	10.901	12.559	-	12.559
2 meses depois	10.819	10.233	10.328	10.490	-	-	10.490
3 meses depois	10.677	10.118	10.257	-	-	-	10.257
4 meses depois	10.672	9.991	-	-	-	-	9.991
5 meses depois	10.491	-	-	-	-	-	10.491
Estimativa acumulada na data-base.....	10.491	9.991	10.257	10.490	12.559	12.163	65.951
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	(1.000)	(3.393)	(261)	(106)	(250)	-	-
Pagamentos acumulados na data-base.....	(9.837)	(8.869)	(8.636)	(7.443)	(6.479)	(470)	(41.734)
Passivo representado no quadro	654	1.122	1.621	3.047	6.080	11.693	24.217

Sinistros avisados brutos de resseguro - Judiciais

Período de cadastro	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	Total
No mês de cadastro	46	-	-	7	-	-	-
1 mês depois.....	46	-	-	7	-	-	-
2 meses depois.....	56	60	15	17	-	-	17
3 meses depois.....	172	173	15	-	-	-	15
4 meses depois.....	176	222	-	-	-	-	222
5 meses depois.....	168	-	-	-	-	-	168
Estimativa acumulada na data-base.....	168	222	15	17	-	-	422
Diferenças entre Estimativas Finais e Iniciais.....	122	222	15	10	-	-	-
Pagamentos Acumulados na data-base.....	(19)	(119)	-	(7)	-	-	(145)
Passivo representado no quadro	149	103	15	10	-	-	277

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Administrativos

Período de cadastro	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	Total
No mês de cadastro	11.491	13.384	10.518	10.596	12.809	12.163	12.163
1 mês depois.....	11.215	10.305	11.027	10.890	12.559	-	12.559
2 meses depois	10.819	10.214	10.328	10.480	-	-	10.480
3 meses depois	10.677	10.096	10.257	-	-	-	10.257
4 meses depois	10.672	9.969	-	-	-	-	9.969
5 meses depois	10.491	-	-	-	-	-	10.491
Estimativa acumulada na data-base.....	10.491	9.969	10.257	10.480	12.559	12.163	65.919
Diferenças entre estimativas finais e iniciais	(1.000)	(3.415)	(261)	(116)	(250)	-	-
Pagamentos acumulados na data-base.....	(9.838)	(8.846)	(8.636)	(7.432)	(6.479)	(470)	(41.701)
Passivo representado no quadro	653	1.123	1.621	3.048	6.080	11.693	24.218

Sinistros avisados líquidos de resseguro - Judiciais

Período de cadastro	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	Total
No mês de cadastro	46	-	-	7	-	-	-
1 mês depois.....	46	-	-	7	-	-	7
2 meses depois.....	56	60	15	17	-	-	15
3 meses depois.....	172	173	15	-	-	-	173
4 meses depois.....	176	222	-	-	-	-	176
5 meses depois.....	167	-	-	-	-	-	167
Estimativa acumulada na data-base.....	167	222	15	17	-	-	421
Diferenças entre estimativas finais e iniciais.....	121	222	15	10	-	-	-
Pagamentos Acumulados na data-base.....	(19)	(119)	-	(7)	-	-	(145)
Passivo representado no quadro	148	103	15	10	-	-	276

17. PROVISÕES JUDICIAIS

a. Cíveis	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Probabilidade de perda	Quantidade de processos	plei-teado	provisão-nado	Quantidade de processos	plei-teado	provisão-nado
Provável	35	272	287	25	223	223
Total	35	272	287	25	223	223

Até a data do balanço não há processos de provisões judiciais classificados como possíveis.

b. Provisão de sinistros judiciais

Probabilidade de perda	30/12/2024			31/12/2023		
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Quantidade de processos	plei-teado	provisão-nado	Quantidade de processos	plei-teado	provisão-nado	Quantidade de processos
Provável	9	477	310	2	25	37
Possível	54	4.281	1.061	16	1.199	243
Remota	33	1.572	286	49	4.032	755
Total	96	6.330	1.657	67	5.256	1.035

c. Movimentação das provisões judiciais

	Cíveis	Sinistros judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2023 de depósitos judiciais ..	223	1.035
Constituições	1.369	3.772
Reversões	(754)	(837)
Atualização monetária	25	120
Baixas por pagamento	(576)	(2.433)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	287	1.657

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eduardo Stefanello Dal Ri - Presidente	Cezar Augusto Janikian
Denis Ferro Junior - Vice-Presidente	Reinaldo Amorim

DIRETORIA

Paolla Gray Caldas	Rafael de Gouveia Ramalho
Diretora Presidente	Diretor Técnico
Gustavo da Rocha Rodrigues	Karen Ferraz de Aguiar Schiavon
Diretor Administrativo-Financeiro	Diretora de Controles Internos

Rogério do Nascimento

Contador
CRC 1SP259014/O-4

Mirela Barboza Pontes

Atuário Responsável Técnico
MIBA 1916

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Santander Auto S.A.

São Paulo - SP - CNPJ: 30.617.319/0001-21

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Santander Auto S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social: O capital social no montante de R\$ 41.000 (mesmo montante em 2023), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 44.903.896 (mesmo montante em 2023) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Não houve movimentação no exercício. **b. Reserva legal:** Constituída na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para compensação de prejuízos ou para aumento de capital social. **c. Reserva de retenção de lucros:** Refere-se à soma das parcelas não distribuídas do resultado segundo deliberação dos acionistas de forma a manter a companhia capitalizada e atender as exigências de capital. A constituição das reservas de lucros é feita com até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social. A Seguradora estuda integralizar parte das reservas de lucros no seu capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2024, a Seguradora possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 71.746 (R\$ 32.498 em 2023), sendo reserva estatutária R\$ 65.838 (R\$ 29.169 em 2023) e reserva legal R\$ 5.908 (R\$ 3.329 em 2023). **d. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Foram creditados como destinação aos acionistas, juros sobre capital próprio e dividendos o montante bruto de impostos de R\$ 12.250 (R\$ 26.452 em 2023), calculados mediante a aplicação da taxa de juros de longo prazo sobre o patrimônio líquido e limitados a 50% do lucro do período antes da provisão para o imposto de renda ou saldo de lucros acumulados e reserva de lucros.

19. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADOS

19.1 Prêmios emitidos: Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos, restituições e cessões de prêmios a congêneres. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

19.3 Sinistros ocorridos	Sinistro retido		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Automóvel	(107.910)	(66.322)		
Total	(107.910)	(66.322)		

19.4 Custo de aquisição

	Índice de comissionamento		31/12/2024	31/12/2023
	31/12/2024	31/12/2023		
Automóvel	(66.963)	(45.105)	22%	22%
Habitacional	(1)	-	33%	0%
Total	(66.964)	(45.105)	0%	0%

19.5 Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas operacionais	31/12/2024	31/12/2023
Despesas técnicas com análise de riscos	(4.174)	(2.876)
Contingências cíveis	(820)	(335)
Redução ao valor recuperável	(204)	213
Outras receitas e despesas	(3.250)	(3.738)
Total	(8.448)	(6.736)

19.6 Resultado com resseguro

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resseguro	334	-
Indenizações de sinistros	333	-
Despesas com sinistros	1	-
Despesa com resseguro	(649)	(393)
Prêmios de resseguro	(650)	(393)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	1	-
Total de Resultado com resseguro	(315)	(393)

19.7 Despesas operacionais:

19.7.1 Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(8.481)	(8.483)
Serviços de terceiros	(18.222)	(14.534)
Localização e funcionamento	(1.763)	(887)
Publicidade e propaganda	(1.532)	(1.288)
Contribuições e donativos	(721)	(187)
Despesas compartilhadas HDI Seguros (vide nota 20a).....	(20.183)	(15.613)
Outras despesas administrativas	(46)	826
Total	(50.948)	(40.166)

19.7.2 Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
COFINS	(8.932)	(6.379)
PIS	(1.451)	(1.037)
Taxa de fiscalização	(1.103)	(954)
Impostos federais	(170)	(68)
Outros	(15)	11
Total	(11.671)	(8.427)

19.8 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras.....	29.934	25.267
Rendimentos títulos da dívida pública	23.717	17.922
Rendimentos fundos de investimentos	5.095	6.535
Receita com operações de seguros	931	725
Outras receitas financeiras	191	85
Despesas financeiras	(1.108)	(695)
Redução com valor recuperável por perdas esperadas	(2)	-
Despesas com operações de seguros	(462)	(257)
Outras despesas financeiras	(644)	(438)
Total de resultado financeiro	28.826	24.572

19.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social
	31/12/2024	31/12/2023

Resultado antes dos impostos e participações

Participações sobre o lucro	81.257	61.258	81.257	61.258
Juros sobre capital próprio	(1.362)	(77)	(1.362)	(77)
Total	(5.060)	(4.303)	(5.060)	(4.303)

Resultado antes da

tributação sobre o lucro

Adições e exclusões temporárias	74.835	56.87
---------------------------------------	--------	-------

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASAos Administradores e Acionistas
Santander Auto S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Auto S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA**Mensuração das Provisões Técnicas (Notas 3.7, 3.8 e 16)**

A Seguradora possui passivos relacionados a contratos de seguros denominados Provisões Técnicas, dentre elas destacamos a Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros Ocorridos e não Suficientemente Avisados (IBNER), e a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), bem como efetua testes para avaliar a suficiência das mesmas por meio do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas quanto ao desenvolvimento dos prêmios emitidos, sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto.

Devido à relevância das provisões técnicas oriundas dos contratos de seguros e o impacto que eventuais mudanças nas premissas destas provisões poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos essa uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Realizamos o entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração e registro contábil das provisões técnicas pela administração.

Em conjunto com nossos especialistas na área atuarial, efetuamos, entre outros procedimentos, a avaliação da razoabilidade das metodologias e premissas utilizadas pela administração na mensuração das provisões técnicas e do Teste de Adequação de Passivos (TAP), tais como a seleção de fatores de desenvolvimento de prêmios emitidos e sinistros incorridos e pagos, e taxa de desconto, e comparamos, quando aplicável, com as premissas utilizadas pelo mercado e/ou com os dados históricos da Seguradora. Nossos procedimentos incluíram também a confirmação de que as metodologias foram implementadas substancialmente, de acordo com as notas técnicas atuariais vigentes, pela Seguradora para as provisões de IBNR, IBNeR e PSL. Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acuracidade das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas. Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos:

(a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

• A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva
Contador CRC 1SP171089/O-3



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>